

ANÁLISE DO IMPACTO DA POLÍTICA “MAIS OVINOS NO CAMPO” NA OVINOCULTURA DO RIO GRANDE DO SUL

Fábio Ribeiro Lopes dos Santos*

João Garibaldi Almeida Viana**

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar o impacto da política “Mais Ovinos no Campo” na produção ovina do Rio Grande do Sul. A investigação foi um estudo de caráter explicativo e os dados coletados foram tratados de forma quantitativa. Em 2011 viveu-se um momento de expansão do mercado ovino, o preço da lã reagiu bem comparado aos anos anteriores e a carne encontrava-se supervalorizada. Neste contexto, o governo do Estado do Rio Grande do Sul criou o Mais Ovinos no Campo, visando o aumento do número da população ovina no Estado. Como resultado concluiu-se que o subprograma foi eficaz em seus objetivos, aumentando o rebanho de ovinos no Estado e dando outras configurações favoráveis ao rebanho, inclusive diminuindo consideravelmente o abate de matrizes. A pesquisa é sugerida como um instrumento na avaliação da política governamental, bem como, espera-se que as teorias aqui reunidas possam ser utilizadas para novas pesquisas sobre o tema.

Palavras-Chave: Mais Ovinos no Campo; Produção Ovina; População Ovina; Avaliação; Governo.

ANÁLISI DE LO IMPACTO DE LA POLÍTICA “MÁS OVEJAS EN EL CAMPO” EN LA CRÍA DE OVEJAS EN RIO GRANDE DO SUL

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el impacto de la política "Más Ovejas en el Campo" en la producción ovina en Rio Grande do Sul. La investigación fue un estudio de carácter explicativo y los datos recogidos fueron tratados cuantitativamente. En 2011 vivió un momento de expansión del mercado de ovejas, reaccionó precio de la lana bien en comparación con los años anteriores y la carne se encuentran sobrevalorados. En este contexto, el gobierno de Rio Grande do Sul creó el más ovejas en el campo, con el fin de aumentar el número de población ovina en el estado. Como resultado, se concluyó que el subprograma fue eficaz en sus objetivos, aumentando el rebaño de ovejas en el estado y dar otros ajustes favorables manada, incluyendo la reducción de manera significativa las matrices de sacrificio. La investigación se propone como una herramienta en la evaluación de la política del gobierno, y se espera que las teorías aquí reunidos se pueden utilizar para futuras investigaciones sobre el tema.

*Acadêmico do curso de Tecnologia em Gestão Pública – Campus Santana do Livramento – Universidade Federal do Pampa. E-mail: fabio.rls@hotmail.com

**Professor orientador – Campus Santana do Livramento – Universidade Federal do Pampa. E-mail: jgaribaviana@gmail.com

Palabras clave: Más Ovejas en el Campo; Producción Ovina; Población Ovina; Evaluación; Gobierno.

1.INTRODUÇÃO

A ovinocultura é uma atividade de grande importância no cenário econômico gaúcho, sua tradição e rentabilidade sempre tiveram destaque nos cenários nacional e internacional. Apesar de a atividade caracterizar-se por ser referência e de o Estado do Rio Grande do Sul possuir o maior rebanho ovino nacional, houve uma queda significativa da população de ovinos desde a década de 1980, quando o Estado possuía um rebanho superior a 13 milhões de cabeças. Hoje a população encontra-se reduzida a 3,7 milhões de cabeças (SEAPA, 2014). Outro aspecto importante é o elevado número de abates de matrizes ocorrido no ano de 2010. Neste ano, o abate de fêmeas foi 82% superior ao de machos (SEAPA, 2014), o que dificulta e reduz a perpetuação do rebanho. A diminuição do rebanho aconteceu devido à crise da lã e a queda na valorização da carne ovina, na década de 1980.

Atualmente o mercado ovino encontra-se em outro cenário, os preços da lã reagem e a carne tornou-se valorizada, tanto no mercado externo como no interno. Além disso, salienta-se que o ovino possui uma excelente adaptação no Bioma Pampa, adequando-se ao tipo de clima e solo (SEAPA, 2014). Diante deste cenário, foi necessário que houvesse uma contrapartida governamental para que o Estado voltasse a elevar o número da população ovina, incrementando a produção de carne e lã.

Nesse contexto, o Governo gaúcho criou o Programa Estadual de Desenvolvimento da Ovinocultura em janeiro de 2011, buscando reduzir o abate de matrizes com a introdução de novas fêmeas, e conseqüentemente, projetando o aumento geral no rebanho ovino. Estimulando a ovinocultura, a política também visa estimular o emprego e renda no setor primário, mantendo o produtor atuante e, desta forma, arrecadando impostos.

O Programa Estadual de Desenvolvimento da Ovinocultura, através do seu subprograma Mais Ovinos no Campo, ofereceu crédito ao produtor rural que fizesse aquisição ou quisesse reter suas matrizes. Em contrapartida, o produtor deveria aumentar em 20% o encarneamento de matrizes a partir do segundo ano de operação.

Após cinco anos do estabelecimento da política e dois anos de seu término, cabe analisar o impacto do programa na atividade produtiva, a fim de determinar a eficácia de sua implementação e a necessidade da sua continuidade para o fortalecimento da ovinocultura gaúcha.

A problemática de pesquisa desse estudo caracterizou-se por avaliar se houve eficácia no subprograma Mais Ovinos no Campo, através da realização de um estudo focado no aumento do rebanho ovino no Estado do Rio Grande do Sul, desde o ano de 2011. Visto que, um programa de crédito relaciona-se diretamente com alocação de dinheiro público, o que torna a eficácia um fator essencial para a continuidade da política pública.

Diante dessa situação, mostra-se necessário um estudo que busque a excelência do processo, expondo a real situação de resultados que a política proporcionou e vem proporcionando. Assim sendo, a presente pesquisa busca diagnosticar se desde a sua criação, o Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura, através do subprograma Mais Ovinos no Campo, impactou favoravelmente na população de ovinos no Estado do Rio Grande do Sul.

Para que se chegue a tal resultado, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o impacto do subprograma Mais Ovinos no Campo na estrutura do rebanho ovino do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda, foram estabelecidos três objetivos específicos: Identificar os objetivos e metas do programa Mais Ovinos no Campo; verificar a evolução do rebanho ovino do Rio Grande do Sul e identificar a influência do programa na estrutura da produção ovina gaúcha.

A ovinocultura tem papel fundamental na economia gaúcha, sendo assim, é dever da Administração Pública gerir o setor, proporcionando as melhores condições possíveis de produção e criando políticas públicas de melhoramento. As políticas implementadas necessitam de acompanhamento e avaliações, suprindo, assim, o interesse público de que o capital esteja bem investido e cumprindo o princípio da eficácia.

A eficácia de um programa é o fator que provará que os recursos públicos estão bem alocados e gerando resultados. O momento da ovinocultura é propício para o crescimento, em virtude disso é relevante que se faça uma contínua avaliação dos resultados do programa, para que se tenha certeza acerca do seu rendimento e assim se possa analisar a possibilidade de continuidade ou não, com a devida contingência, evitando falhas.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de avaliação do subprograma Mais Ovinos no Campo e também devido a sua contribuição acadêmica, visto que, há poucos estudos na área. Essa abordagem pode estimular novas pesquisas de avaliação de políticas agrícolas, contribuindo para a compreensão dos gastos públicos e seu impacto no setor primário.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são referenciadas as principais teorias que serviram de base para o estudo e são desenvolvidos temas como Políticas Agrícolas e Agrárias, Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura e subprograma Mais Ovinos no Campo.

2.1 Políticas Agrícolas e Agrárias

As políticas agrícolas têm papel fundamental na economia, no que tange a geração de emprego e renda. Segundo Arbage (2000), a política agrícola além de ser um ramo da política econômica, pode ser conceitualmente definida com um conjunto de instrumentos lançados pelo governo, em busca da simples ampliação da oferta de alimentos no país, a difusão de uma determinada cultura, a dinamização de projetos ou objetivos ligados a aspectos macroeconômicos mais gerais.

Faz-se necessário salientar que “as políticas agrícolas não podem ser resumidas a um mero conjunto de medidas econômicas que afetam tanto produtores quanto consumidores” (ARBAGE, 2000, p. 121). Porque representam muito mais que isso, são resultados das forças, que junto ao Estado, controlam a economia e os chamados “grupos de interesses”. De acordo com Barros (2010), os grupos de interesse existem onde prevalece o sistema presidencialista de coalizão. A presença de interesses de determinados grupos fica evidenciada ao longo da história das políticas agrícolas.

Um conjunto de ações voltadas para o planejamento, o financiamento e o seguro da produção constitui a base da Política Agrícola (MAPA, 2014). Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2014), essas ações se dividem em três grandes linhas de atuação: gestão do risco rural, crédito e comercialização.

Para Arbage (2000), em sua modalidade formal, as políticas agrícolas podem classificar-se como operativas ou intervencionistas, e, no que se refere ao prazo de vigência, podem ser classificadas como de curto ou médio e longo prazo. As operativas estão ligadas ao processo de melhoramento de mercado, enquanto as intervencionistas buscam substituir o benefício privado pelo coletivo. As de curto prazo objetivam o estímulo da produção, já as de médio e longo prazo estão ligadas a modificação significativa de um setor, como por exemplo, sua infraestrutura.

“Dentre os mecanismos das políticas agrícolas, estão o crédito rural, o subsídio agrícola, a política de preços mínimos e o seguro agrícola. Através desses mecanismos as políticas agrícolas relacionam-se diretamente com a intervenção do Estado na produção agropecuária” (ARBAGE, 2000, p. 119).

Um dos principais ícones da política agrícola é o crédito rural, que é um instrumento de política agrícola que visa fornecer ao agricultor os recursos necessários quando a propriedade rural carece de capital próprio para a exploração de uma ou mais culturas, cultivos ou explorações (ARBAGE, 2000).

O homem do campo tem acesso às linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização (MAPA, 2014). Constitui assim, um importante aliado do produtor tanto no período de sazonalidade como na época de expansão de determinado produto. Buainain (2007), afirma que o setor agrícola possui um capital de giro superior ao da indústria e daí se dá a importância dos créditos rurais, minimizando também, os efeitos da sazonalidade, da rigidez produtiva e dos fatores climáticos.

Para a operacionalização do crédito rural é necessária, segundo Arbage (2000), a idoneidade do proponente, a apresentação de um cronograma de aplicação de recursos, a obediência ao orçamento previsto, a fiscalização, a elaboração de ficha cadastral e a disponibilidade. Tanto o governo quanto o produtor necessitam adequar-se a esses requisitos básicos. E, dentre os créditos rurais, destacam-se: crédito de custeio, custeio da pecuária, custeio de comercialização, o empréstimo do Governo Federal (EGF), aquisições do Governo Federal (AGF), crédito de investimento e o programa de garantia agropecuária (PROAGRO).

Para Arbage (2000), o crédito de custeio está ligado ao ciclo produtivo das lavouras e da entressafra das culturas, já o custeio da pecuária são despesas normais da exploração, e custeio de comercialização, por sua vez, assegura os recursos necessários para a colocação dos produtos no mercado. De acordo com Arbage (2000), é chamado de Política de Garantia de Preços Mínimos o principal instrumento de política agrícola que visa dar condições para a geração de produção exportável e estabilizar a inflação, baseada na AGF e no EGF. O empréstimo do Governo Federal acontece em duas modalidades: com a opção de venda e sem a opção de venda, nos dois casos há uma espera pelo melhor momento de comercialização. A AGF também acontece de duas maneiras: direta, que é a compra da mercadoria pelo preço mínimo fixado, e a indireta, que assegura a liquidação total ou parcial do empréstimo, mediante a transferência. Arbage (2000), também afirma que o crédito de investimento destina-se à infraestrutura e construção de lavouras permanentes, e, por fim, o PROAGRO que assegura o capital que o banco empresta, livrando os beneficiários do cumprimento das obrigações financeiras e perdas devido a problemas climáticos.

“Outro fator de relevância entre as políticas agrícolas são as políticas setoriais. Por meio da regulação setorial, o Estado busca, de um lado, reforçar ou mitigar os sinais e condições determinados pela política macroeconômica e, de outro, afetar o nível e composição da oferta e demanda nos mercados agropecuários” (BUAINAIN, 2007, p. 66).

Buainain (2007) afirma que a regulação acontece pela necessidade de controlar, direcionar, dirigir, influenciar e modificar o funcionamento econômico. Os principais instrumentos de regulação setorial são: as políticas de preços, políticas de financiamento, seguro, políticas de comercialização e estoque, políticas tributária e fiscal e políticas de comércio exterior. Ainda, segundo o mesmo autor, a política de preço existe com o objetivo de reduzir os riscos que poderão comprometer o desenvolvimento da agropecuária, além de melhorar a distribuição de renda, incentivar a produção de alguns produtos específicos e reduzir a flutuação dos preços agrícolas. A política de financiamento, por sua vez, oferta vários tipos de crédito e fixa taxas de juros e prazos de pagamento.

De acordo com Buainain (2007), o seguro constitui, também, um instrumento essencial de regulação, devido à grande vulnerabilidade do setor primário quanto à relação

entre clima e produção, instabilidade do mercado. Já a importância da política de comercialização se dá porque o mau funcionamento do mercado agropecuário reduz a eficiência produtiva, o que impacta no produtor, na população e até no próprio governo.

Outro aspecto importante no contexto das políticas agrícolas é salientar a diferenciação entre política agrícola e política agrária. A política agrícola, como já foi abordada, relaciona-se com a produção, são estímulos que o governo proporciona, com vistas a maximizar e/ou assegurar a permanência do homem no campo e da significância do setor primário na economia. A política agrária, diferentemente da agrícola, não está diretamente ligada apenas com a produção e sim com o sistema produtivo. Arbage (2000) entende que as políticas agrárias têm como principal objetivo a modificação estrutural do sistema produtivo ou da adequação deste às necessidades da sociedade. Nesse contexto entram as questões latifundiárias, como por exemplo, a posse de terras, assentamentos, reforma agrária e legislação relativas a essas questões.

Pereira (2006) em uma análise do conceito de política agrária adotado pelo Banco Mundial resume este em três principais postulados: a) produção familiar contribui mais para a eficiência econômica e a equidade social do que grandes fazendas sob regime de assalariamento ou fazendas coletivas/estatais; b) as transações mercantis são necessárias para permitir a transferência de terras para produtores mais eficientes; c) é importante para o crescimento econômico realizar uma distribuição mais equilibrada da terra, e o instrumento para isso é a reforma agrária redistributiva. Nitidamente tem-se o entendimento de que a política agrária possui uma alçada mais específica sobre a conjuntura do sistema produtivo.

2.2 Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura Gaúcha

O Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura é um projeto criado pela Câmara Setorial de Ovinocultura do Estado do Rio Grande do Sul. O conceito desta câmara está fortemente relacionado com a ideia de um agrupamento de representantes dos organismos, órgãos e entidades, públicas e privadas, que compõem os elos de uma cadeia produtiva do agronegócio, que tem por substrato um ou mais produtos (MAPA, 2014).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2014), a meta das Câmaras Setoriais é atuar como foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos. As Câmaras Setoriais e Temáticas têm por finalidade propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. (MAPA, 2014). No processo em que atuam as Câmaras Setoriais, estarão envolvidas todas as partes influenciadas pelo agronegócio, desde o produtor, passando pelo setor público, até chegar ao consumidor.

A Câmara Setorial de Ovinocultura foi criada através do Decreto Nº 37.156, de 22 de Janeiro de 1997, e seus objetivos são definir, orientar e discutir políticas, estratégias e diretrizes relativas à produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de ovinos, visando aumentar sua competitividade, traçar linhas harmônicas para as necessidades de desenvolvimento de toda a cadeia produtiva e estabelecer relações benéficas entre produtores, fornecedores, consumidores, empresários e Governo do Estado (RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 37.156, de 22 de Janeiro de 1997).

O Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura Gaúcha, lançado em janeiro de 2011, como o próprio nome já diz, foi criado para desenvolver e assegurar a produção ovina estadual. Entre as principais pautas do programa, encontram-se o abigeato, manejo produtivo e nutricional, extensão e pecuária familiar e sanidade. Na pauta sobre o abigeato, segundo a SEAPA (2014), o objetivo é controlar o abate clandestino e o intenso roubo de gado, um

problema constante no Rio Grande do Sul, principalmente devido à região de fronteira ser grande produtora pecuarista. No que se refere ao manejo reprodutivo e nutricional, segundo a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócios objetivos estão voltados para a criação de um manual que oriente o produtor sobre as principais questões relacionadas a manejo e sanidade. Informando assim o produtor, que por muitas vezes não possui o acesso à informação. No contexto da extensão e pecuária familiar, o Programa buscou criar projetos de capacitação e treinamento (SEAPA, 2014). Visto que, é necessário que se tenha uma mão de obra especializada no setor primário, contribuindo assim, para uma produção com maior rentabilidade. Por fim, o conteúdo do programa que está ligado à sanidade, tem como principal objetivo o combate à brucelose (SEAPA, 2014). Atendendo assim, a necessidade sanitária de combate à doença que preocupa os produtores gaúchos.

Dentro do Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura criou-se um subprograma, denominado “Mais Ovinos no Campo”.

2.2.10 Subprograma Mais Ovinos no Campo

O subprograma Mais Ovinos no Campo foi lançado em janeiro de 2011, durante a XXXI Feovelha de Pinheiro Machado e criado para atender à preocupação do Governo Estadual em aumentar o rebanho ovino do Rio Grande do Sul, visto que a ovinocultura encontrava-se em um bom momento econômico, devido à estabilidade do preço da lã e a valorização da carne ovina. Outra grande preocupação do Estado fora o alto número de abates de matrizes no ano anterior, o que acabou dificultando o aumento do rebanho e a produção de carne futura (SEAPA, 2014)

Diante destas preocupações, a SEAPA (2014), visualizou a necessidade de uma medida urgente que estimulasse a retenção e introdução de matrizes na propriedade, assim foi criado então o subprograma Mais Ovino no Campo. Essa política teve a finalidade de oferecer um programa de crédito para o produtor, a fim de investimentos na capacidade produtiva, por meio de matrizes e reprodutores para elevar o rebanho ovino gaúcho.

Segundo a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Agronegócio, além da retenção e aquisição de matrizes, o subprograma possuía outros objetivos, como por exemplo, a geração de emprego e renda, contribuindo para manter o agropecuarista no campo; a beneficiação aos segmentos industriais e comerciais que estejam diretamente ligados à cadeia produtiva de ovinos; a contribuição para que a ovinocultura seja uma alternativa sustentável de diversificação e integração com outras atividades agropecuárias.

O público alvo do subprograma eram os pecuaristas do Estado do Rio Grande do Sul que possuíssem estrutura adequada à criação de ovinos e que recebessem ou viessem a receber acompanhamento técnico em sua atividade (SEAPA, 2014).

O “Mais Ovinos” possui como meta aumentar em no mínimo 20% o encarneamento de matrizes a partir do segundo ano da contratação do financiamento de retenção de matrizes, dentre os beneficiários do programa (SEAPA, 2014).

De acordo com a SEAPA (2014), as linhas de Crédito disponibilizadas pelo subprograma foram:

a) Crédito para Retenção de Matrizes: eram recursos destinados a capital de giro para manutenção da atividade. A dotação total compreendia R\$ 52.000.000,00. O prazo para o produtor era de três anos, com até um ano de carência e com pagamentos anuais. A origem dos recursos era a Poupança Rural Banrisul. As taxas eram de 5% a.a. para produtores empresariais e 2% a.a. aos produtores familiares enquadrados pela Lei 13.515 de 13/09/10 em função da equalização da taxa de captação (9,75%) pelo FUNDOVINOS, desde que os projetos técnicos observassem e cumprissem as contrapartidas exigidas pelo subprograma. O valor do crédito era de R\$ 200,00 por matriz e o limite era de R\$ 130.000,00 por produtor.

b) Crédito para Aquisição de Matrizes e Reprodutores: eram recursos de investimento destinados à compra de matrizes e reprodutores para o aumento do rebanho. A dotação total compreendia R\$ 50.000.000,00. O prazo para o produtor era de até cinco anos com até dois anos de carência e pagamentos anuais. A origem dos recursos provinha do MCR 6.2 – Recursos Obrigatórios. As taxas eram de 1% a 2% para produtores enquadrados no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), de acordo com o valor tomado (até R\$ 10 mil; R\$ 20 mil e R\$ 50 mil, respectivamente), 5% a.a. para produtores enquadrados no PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) e 5,75% para os demais produtores. O limite do crédito era de R\$ 200.000,00 por produtor, sendo que para os produtores enquadrados no PRONAF o limite era de R\$ 50.000,00 por beneficiário.

Para a aquisição de matrizes e reprodutores o produtor deveria obter junto à agência bancária a pré-aprovação do seu crédito. Posteriormente, deveria solicitar junto à Inspeção Veterinária e Zootécnica de seu município a Declaração de Estoque de Ventres Ovinos existentes na base de dados da SEAPA, devidamente assinada. Depois deveria apresentar esta declaração obtida junto a Inspeção Veterinária e Zootécnica (IVZ) ao agente financeiro, para quantificar o número de ventres a serem financiados: até 80% dos ventres com mais de seis meses e 100% das fêmeas com menos de seis meses. Para fins de benefício de equalização da taxa de juros como pecuarista familiar o produtor deveria entregar ao Banrisul a cópia de declaração de que se enquadrava como tal e atendia aos critérios dispostos no artigo 4º da Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, que institui o Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar.

O produtor, também, deveria entregar ao agente financeiro, a declaração de que recebia assistência técnica de profissional autônomo ou de alguma instituição pública ou privada. Após esses procedimentos deveria assinar declaração na Inspeção Veterinária e Zootécnica (IVZ) de que estava ciente de que, como sua contrapartida para manter o benefício da redução da taxa de juros, através da equalização feita pelo FUNDOVINOS, se comprometeria em:

a) comercializar ovinos, com finalidade de abate, para estabelecimentos com inspeção oficial (Serviço de Inspeção Municipal, Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal ou o Serviço de Inspeção Federal) no Estado do Rio Grande do Sul.

b) no segundo ano do financiamento seu rebanho total de ventres deveria ter um acréscimo de, pelo menos, 20% em relação ao rebanho inicial.

A IVZ poderia realizar vistorias a qualquer momento nas propriedades financiadas para conferência de rebanhos. Como contrapartida o produtor se comprometeria a aumentar, em 20%, o encarneamento de matrizes a partir do segundo ano da operação (SEAPA, 2014).

De acordo com o conteúdo pesquisado, nota-se que este subprograma de crédito utilizado pelo Governo do Rio Grande do Sul, caracteriza-se por ser bem mais que uma simples ajuda de custo para o produtor. Seus impactos são de grande importância para o pecuarista - que teve aumento no seu rebanho e lucratividade - para o consumidor - que teve, além da disponibilidade do produto, a qualidade garantida - e também para o Governo - que arrecadou mais insumos da produção -, entre outros fatores favoráveis. O que deixa claro a importância dessa política pública não só para o contexto econômico como também para o social.

3. MÉTODO

A pesquisa caracteriza-se por uma pesquisa social aplicada, traz uma abordagem quantitativa, devido ao fato de sua população ser expressiva, tratando-se do número de ovinos

do Estado do Rio Grande do Sul nos últimos anos, assim como, o número de abates, nascimentos e consumo próprio de carne ovina.

Para Gressler (2004), a abordagem quantitativa caracteriza-se pela formulação de hipóteses, definições operacionais das variáveis, quantificação nas modalidades de coleta de dados e informações, utilização de tratamentos estatísticos. Goulart (2006) entende que a abordagem quantitativa é fundada na frequência de um elemento. Amplamente utilizada, a abordagem quantitativa tem, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação (GRESSLER, 2004).

Nota-se que pesquisar e avaliar a eficácia de uma política pública é algo que necessita de imparcialidade e exatidão, tendo como principal objetivo a interpretação verídica dos dados analisados.

O caráter da pesquisa é explicativo, onde se testa a eficácia da política governamental através de um estudo acerca do rebanho de ovinos no Estado do Rio Grande do Sul e as principais características que influenciam a relação da política pública com os resultados. As pesquisas explicativas têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Estas pesquisas são as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, pois tem como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas (GIL, 2010).

Aliar o conhecimento com a realidade de uma política pública implica em identificar os dados, analisá-los e posteriormente adquirir conclusões precisas sobre o fenômeno. O que se caracteriza por ser essencial para o poder público, visto que, esse precisa ter a certeza que o capital público está sendo bem investido.

De acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007), o método compreende a ordem que deve se impor aos diferentes processos necessários para se atingir um objetivo, também pode conceituar-se como o conjunto de processos empregados na investigação e na demonstração da verdade.

O método utilizado é o estatístico, visto que, a forma de investigação acontece através do uso de dados e ferramentas econométricas de análise. Segundo Gil (2008), este método se fundamenta na aplicação da teoria estatística da probabilidade e constitui importante auxílio para a investigação em ciências sociais.

Conforme Bonat (2009), o método estatístico é ligado a pesquisas quantitativas e pretende fornecer base concreta e segura das informações a serem analisadas, contendo gráficos e apresentações analíticas dos fenômenos pesquisados. Como a presente pesquisa possui caráter quantitativo, auxilia a investigação na área das ciências sociais e traz informações da política pública governamental de modo concreto e seguro, sendo assim, justifica-se a escolha do método.

A técnica utilizada para a realização da pesquisa é a coleta de dados secundários (variáveis do rebanho ovino) e a pesquisa bibliográfica (análise de documentos referentes ao subprograma Mais Ovinos no Campo). Cervo, Bervian e da Silva (2007), entendem que a coleta de dados envolve a determinação da população a ser estudada, a elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e também o tipo de dados da coleta.

Foi pesquisada a população anual declarada de ovinos entre os anos de 2009 e 2016, o número mensal de abates de fêmeas no intervalo entre os anos de 2009 a 2014, o número anual correspondente a quantia de nascimentos e os dados referentes ao consumo próprio de carne ovina entre os anos de 2009 e 2015. A coleta de dados foi realizada junto a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPI, 2016), através de solicitação via e-mail.

De acordo com Lakatos e Marconi (2012), a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento de toda a teoria já publicada e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto. É necessário que se tenha o conhecimento literário sobre o tema pesquisado, para que assim, possa-se construir uma base

estrutural sobre o tema desenvolvido. Busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema (CERVO, BERVIAN E DA SILVA, 2007).

A fase que sucede a coleta de dados é a análise e interpretação dos dados coletados, através dessas informações chega-se às conclusões da pesquisa. Cervo, Bervian e da Silva (2007), afirmam que a análise de dados deve conter todas as informações reunidas nos passos anteriores, para que sejam comparadas e analisadas, a partir da classificação dos dados e confronto do resultado das tabelas e das provas estatísticas.

A eficácia da política “Mais Ovinos” foi testada por meio de uma técnica estatística de mudança estrutural: a regressão com variáveis dummy.

Gujarati (2000) indica a técnica do uso de variável dummy como uma alternativa ágil para verificar quebras de mudanças estruturais. Sobre as variáveis dummies, o autor as conceitua como variáveis qualitativas que geralmente indicam presença ou ausência de alguma quantidade ou atributo assumindo valores de 1 ou 0. As variáveis dummies podem ser usadas nos modelos de regressão tão facilmente quanto às variáveis quantitativas. Assim sendo, um modelo de regressão de variável dummy foi utilizado para verificar a existência (ou não) de uma mudança estrutural da variável ovina (abate de matrizes) com a implementação da política do “Mais Ovinos”.

Desta forma, todos os meses que antecederam ao subprograma assumiram o valor 0 e todos aqueles sucessores a política, por sua vez, receberam o valor de 1. Esses valores que correspondem à utilização de variável dummy foram associados aos valores correspondentes ao tempo, sendo o primeiro mês equivalente ao número 1 e assim respectivamente até o mês que corresponde ao número 72 (dezembro de 2014 – data do término da política pública). A associação destas duas variáveis se deu através da multiplicação do tempo pela dummy, de cada mês, que gerou uma terceira variável denominada interação. Adquiridos todos esses valores, pode-se então rodar a regressão e a equação utilizada foi a seguinte:

$$Y = \alpha + \beta_1x_1 + \beta_2x_2 + \beta_3x_3 + \epsilon$$

Onde: Y = abates;
 α = parâmetro do modelo;
 x_1 = tempo;
 x_2 = variável dummy;
 x_3 = interação;
 ϵ = termo de perturbação.

A partir da interpretação dos resultados gerados pela regressão é possível observar, através de um nível de significância estipulado, se a hipótese de que a política provocou uma mudança estrutural no rebanho é aceitável ou não.

Após a análise dos dados obtidos, chegou-se às conclusões que verificaram a evolução do rebanho ovino do Rio Grande do Sul, assim como, identificaram a influência do programa na estrutura da produção ovina gaúcha, utilizando-se, de forma adicional, de representações gráficas e de estatística descritiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que se possa analisar e discutir os resultados da pesquisa, foram feitos estudos através dos dados obtidos, por meio de constatações quanto ao número de abate de fêmeas, nascimentos, consumo próprio, rebanho declarado de fêmeas e rebanho geral,

respectivamente. Também foram acrescentados gráficos para ilustrar a situação e facilitar a compreensão.

Começa-se essa análise através dos dados correspondentes à questão do abate de ovinos, focando nos números que representam o abate de matrizes, como pode ser visualizado na Tabela 1 que consta no Anexo A. Utilizando-se dos dados obtidos, primeiramente nota-se a crescente do abate de fêmeas no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2009 e 2010, sendo que em 2010 houve um pico dos abates. Considerando que o “Mais Ovinos” foi criado em 2011, é notório que no período que sucede a política, o número de abates de fêmeas foi reduzido e de certa forma, estabilizado. Porém, há um gradativo crescimento dos abates nos anos posteriores a 2014, ano que o “Mais Ovinos” teve fim.

Apesar de que a partir da visualização dos dados da tabela seja possível prever uma mudança no comportamento dos abate de matrizes, julgou-se necessário que se utilizasse de algum método estatístico que comprovasse essa hipótese. Para fins de teste, foi utilizado um método para verificar se a política pública de crédito rural estava diretamente ligada à mudança no comportamento do número de abates de matrizes no Estado do Rio Grande do Sul, começando o estudo dois anos anteriores à criação da política até o seu término em dezembro de 2014. Esse teste citado, é a utilização de regressão com variável dummy. Notou-se que esta ferramenta serve para verificar se há quebra no comportamento da variável.

Utilizando-se deste método nos números correspondentes ao abate de matrizes, avaliou-se a mudança na variável “abates” em relação ao seu comportamento no decorrer do tempo, considerando o período sem e com a política. Deve-se considerar também, que os abates são sazonais, tendo períodos de quedas e aumentos periódicos e que não devem influenciar no resultado.

A regressão feita com os dados estatísticos que representam o abate de matrizes gerou o seguinte quadro:

Quadro 1 –Valores correspondentes à regressão.

	<i>Coefficientes</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	9066, 14	1,1E-08
Variável X 1	315,9052991	0,00083
Variável X 2	-767,5319519	0,75111
Variável X 3	-330,1154749	0,00126

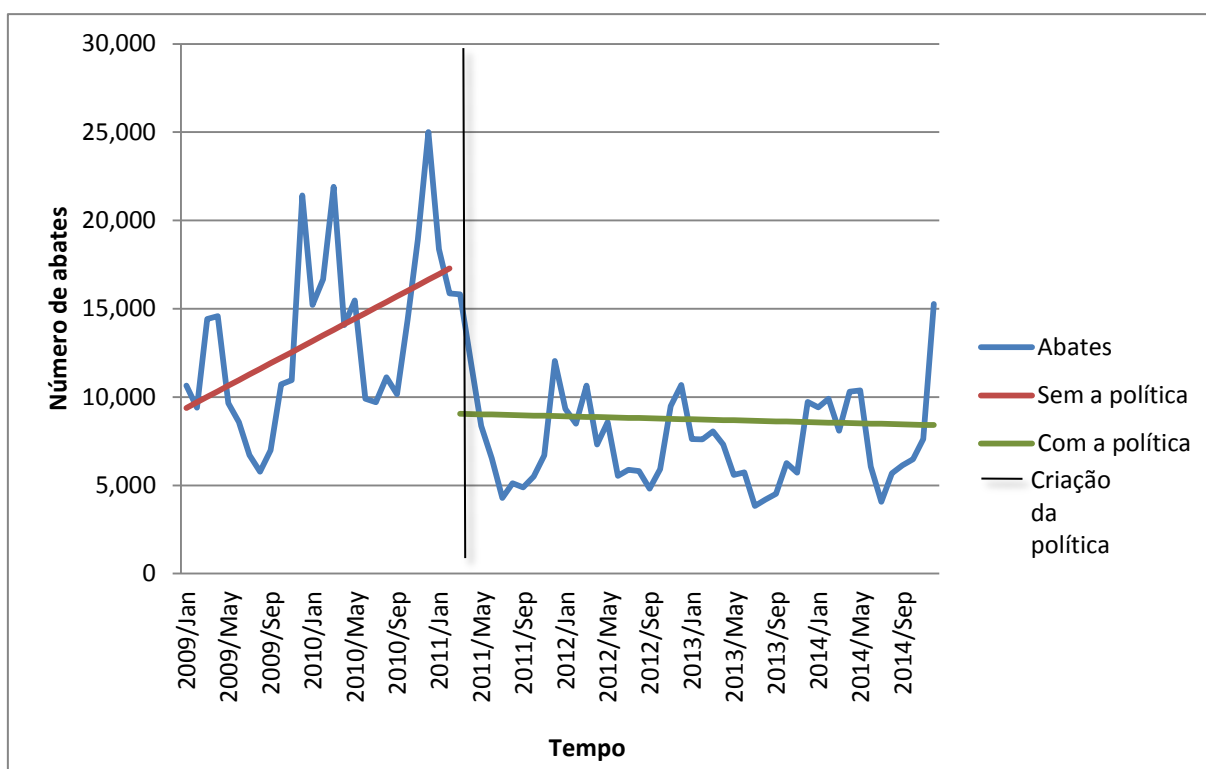
O Quadro 1 gera várias informações estatísticas, fez-se necessário a compreensão da representatividade desses números para que se pudesse entender os resultados do teste de hipótese através da variável dummy. A análise do quadro se inicia observando a coluna dos coeficientes, onde tem-se a interseção no valor de 9066,24 que representa o termo α para abates de unidades de fêmea. Quanto a variável x_1 , tem-se o valor de 315,9052991 que representa o β_1 para o x_1 , ou seja, havia antes do período em que o “Mais Ovinos” foi criado, um abate mensal de cerca de 316 fêmeas ao mês. No caso, esse valor é o β para tempo, que, com o passar do tempo, adquire o acréscimo. O mesmo processo ocorre para as outras duas variáveis (dummy e interação), que terão o valor correspondente ao seu β , respectivamente. No caso, o valor da dummy (x_2) representa -767,5319519 o que não é significativo para as análises, pois se trata do ponto de partida da política. Já para variável interação, que representa o período posterior a criação do Mais Ovinos tem-se um valor significativo de -330,1154749. Para que se possa entender a representatividade desse valor deve-se fazer a

adição de $\beta_1 + \beta_3$, ter-se-á o valor de aproximadamente -14,2 abates mensais diminuídos o que é considerado uma quebra significativa.

Também torna-se imprescindível avaliar a coluna *valor-P*. É o *valor-P* que mostra qual das variáveis x (tempo, dummy e interação) usadas geram real influência na variável Y (abates). Para ser significativo, o *valor-P* necessita ser menor do que 0,05 que é o nível de significância estipulado. Ou seja, através da regressão do abates de fêmeas expostas na tabela acima, nota-se que os coeficientes de x_1 e x_3 foram significativos. Portanto, o coeficiente angular da variável x_1 identifica que houve um aumento dos abates de matrizes antes do período de início da política. Por sua vez, o coeficiente da variável x_3 representa o comportamento dos abates após o início da política, indicando, assim, uma redução dos abates de matrizes a partir de março de 2011. As estimações estatísticas por meio da regressão com variáveis dummy comprovam que a política pública de crédito rural mudou o comportamento da variável de abates de matrizes, ou seja, o Mais Ovinos no Campo causou uma mudança estrutural retendo fêmeas no campo – importante objetivo do programa.

Para ilustrar o que foi exposto acima, verifica-se o gráfico de mudança de comportamento estimado com base nos coeficientes do Quadro 1.

Figura 1– Mudança estrutural nos abates de matrizes no Estado do Rio Grande do Sul a partir de 2011 através da inserção do Mais Ovinos no Campo.



Fonte: Dados da pesquisa a partir da estimação de modelo de mudança estrutural.

Traçou-se um gráfico em linhas simples para ilustrar a questão e facilitar a compreensão da variação dos abates. A linha vermelha traçada na ilustração demonstra a tendência de crescimento do número de abates, que chega ao seu apogeu em 2010 e recebe a política no ano posterior como contrapartida (representada pela linha de cor preta no gráfico). A partir daí é que se configura a mudança estrutural, nota-se que o “Mais Ovinos” muda o comportamento dos abates, que além de reduzir drasticamente entre 2010 e 2011, mantém-

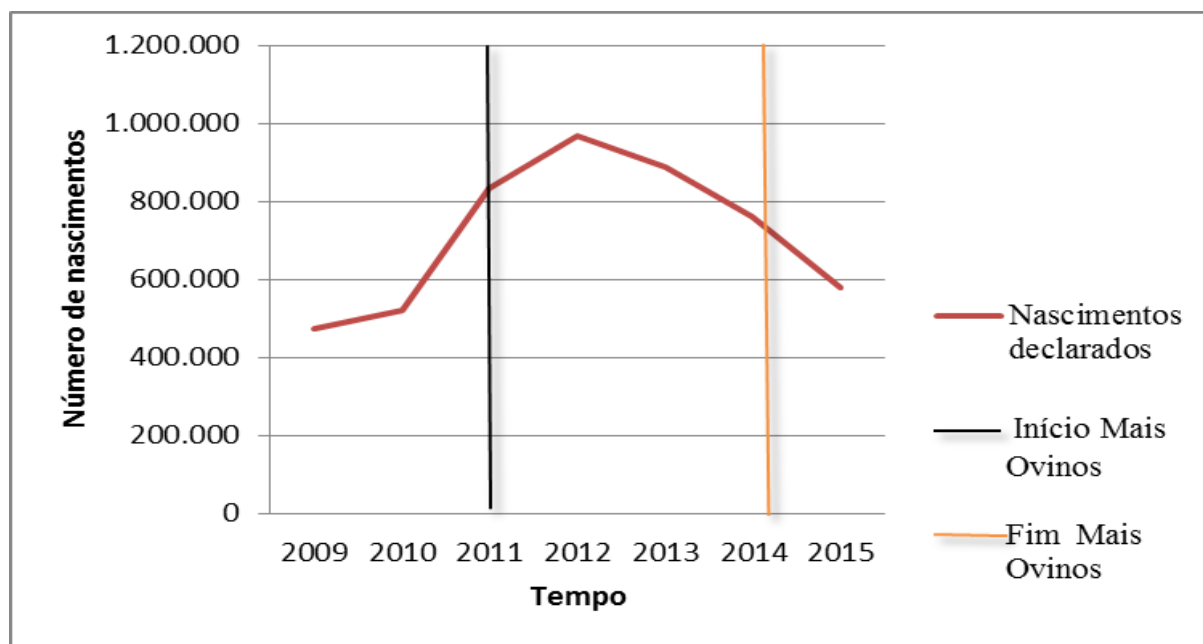
se estabilizados e com sensível queda nos anos seguintes. Entende-se, portanto, que o subprograma foi eficaz na questão relacionada ao abate de matrizes.

É relevante considerar os possíveis impactos causados pela diminuição no abate de matrizes. Considerando o menor número do abate de matrizes é de se esperar uma crescente disponibilidade de encarneamento, ou seja, possivelmente tem-se um aumento do número de nascimentos, o que posteriormente impactará diretamente no número geral de ovinos. Também é válido considerar que se há um número menor de fêmeas abatidas, por consequência há um aumento no número do rebanho de fêmeas, o que também acaba por impactar nos números correspondentes ao rebanho geral de ovinos.

Portanto, entende-se que ao se avaliar o abate de matrizes, nota-se em um primeiro momento que há uma tendência de mudança em toda a conjuntura do rebanho ovino. Ao se enfatizar que o “Mais Ovinos” foi responsável por essa quebra no comportamento dos abates, já se tem, desde então, um resultado favorável da política.

Um fator de relevância é a análise do comportamento do rebanho ovino e o número de nascimentos no período. De acordo com a análise feita sobre o número matrizes, chegou-se ao entendimento de que se há mais matrizes no campo, possivelmente também deve haver maior número de nascimentos. Os dados que tratam dos nascimentos de ovinos estão presentes na Tabela 2, no Anexo A. Porém, com vistas a ilustrar os dados correspondentes à tabela, se organizou graficamente os números obtidos, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2– Número de nascimentos de ovinos no Rio Grande do Sul de 2009 até 2015.



Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se inferir que no intervalo entre 2009 até o ano de 2012 houve uma crescente dos nascimentos, apesar do alto número de abates de matrizes entre 2009 e 2010, que já fora constatado. A linha de cor preta evidencia o início do subprograma e deixa claro que nos meses posteriores à criação da política, há um crescente significativo no número de nascimentos, porém, que retrata a continuidade de um processo que já estivera ocorrendo desde anos anteriores.

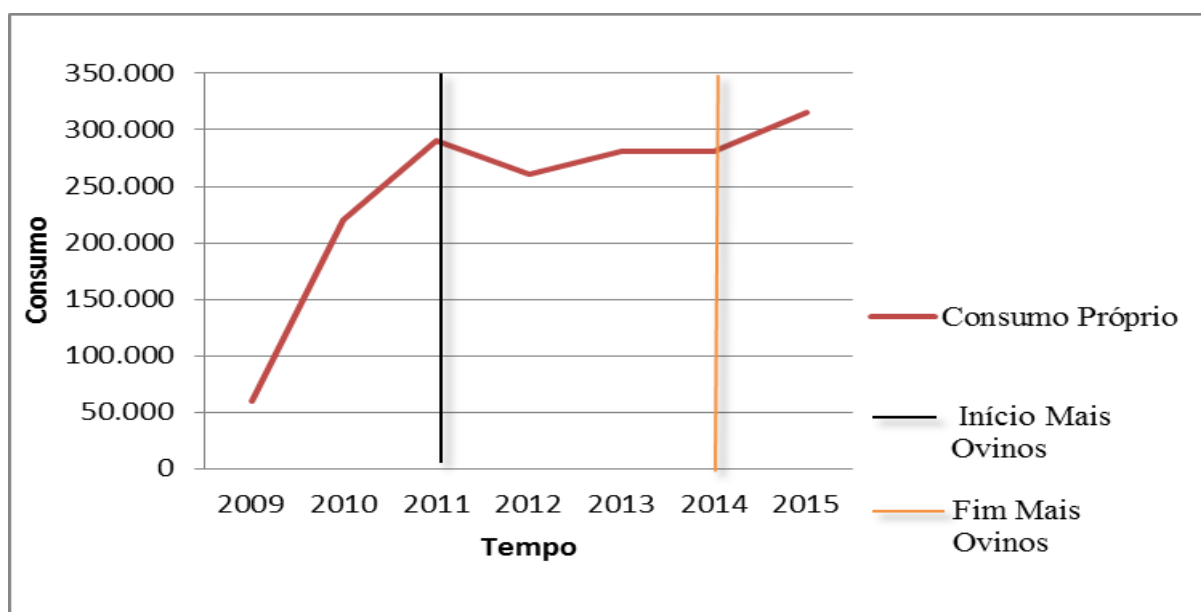
A melhora dura pouco tempo, sendo que a partir do ano de 2012 houve significativa queda nos nascimentos que se prolongou até o ano de 2015. Portanto, entende-se que não houve impacto notável no número de nascimentos através do subprograma Mais Ovinos no

Campo, uma vez que o crescimento já se constatava anterior à política e que a queda não se vincula a mesma. Deduz-se então que essas mudanças nos números ocorreram de forma sazonal e em virtude de outros acontecimentos.

Também é fator importante, que diretamente tem ligação com a promoção da política de crédito para o aumento do rebanho ovino, o consumo próprio de ovinos por parte dos produtores rurais. Nesse quesito, foram encontrados os dados correspondentes à Tabela 3, alocada no Anexo A.

Para melhor compreensão acerca dos dados e ilustrar a situação do consumo próprio de ovinos por parte dos produtores rurais, elaborou-se um gráfico demonstrativo da situação encontrada.

Figura 3– Consumo Próprio de Ovinos no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2009 e 2015.



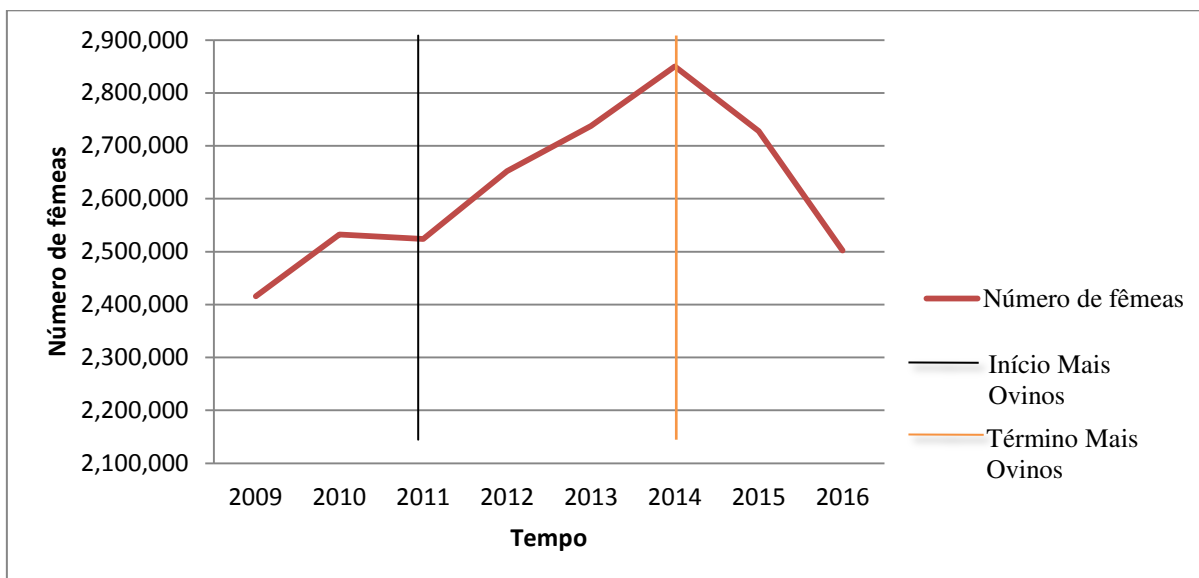
Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, através da interpretação do gráfico, que embora o pico do consumo próprio tenha se dado entre os anos de 2009 e 2010, a situação posterior a criação do subprograma Mais Ovinos no Campo em geral é crescente, apesar da queda ocorrida no primeiro ano. Queda essa que já é suprimida no ano posterior, que se estabiliza entre 2013 e 2014 e chega a níveis de recorde no ano de 2015. Entende-se que em virtude do abate de matrizes ter diminuído, necessariamente há mais fêmeas no campo, mais rebanho disponível e conseqüentemente, maior número de abates em estabelecimentos rurais próprios. Pode-se dizer que em um primeiro momento, isso não se refletiu em números devido à própria retenção de matrizes no campo. Em suma, avalia-se que houve reflexos positivos da política agrícola no consumo próprio.

Ainda, para se ter uma visão ampla da mudança estrutural na conjuntura ovina gaúcha, decidiu-se avaliar o número de fêmeas declaradas em um intervalo de tempo entre 2009 até 2016. Para isso, foram considerados os seguintes dados que constam na Tabela 4, que compõe o Anexo A.

Para fins de ilustrar o comportamento do rebanho ovino gaúcho entre o intervalo de tempo estipulado, fez-se necessário a utilização de um gráfico, como segue:

Figura 4- Rebanho ovino de fêmeas declaradas no Estado do Rio Grande do Sul desde o ano de 2009 até o ano de 2016.



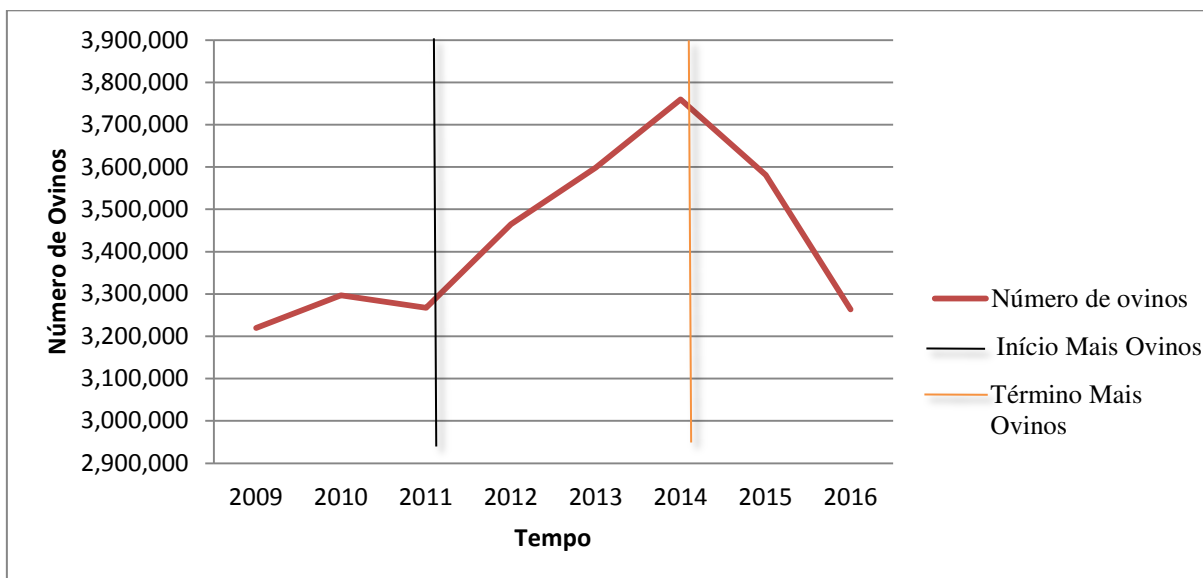
Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se claramente que há um significativo impacto no rebanho geral de fêmeas no Estado do Rio Grande do Sul a partir do início do subprograma Mais Ovinos no Campo. É notável que há um grande aumento na população de fêmeas – que vinha mantendo-se constante - desde o ano de 2011 (ano de criação da política) até o ano de 2014 (ano do término da política). A mudança de forma brusca que ocorre nesse intervalo evidencia que neste período além de se reterem mais fêmeas no rebanho, se teve um menor número de abates da categoria.

Outro fator essencial na avaliação desta ilustração é o enorme declínio nos anos posteriores ao término da política pública. Entende-se que, desde que o governo estadual deixou de dar incentivo para que fêmeas pudessem ser retidas no campo e que se perpetuasse o rebanho, o resultado foi muito negativo, mesmo considerando outros fatores que possam interferir nesses resultados. É importante ressaltar que se a população de fêmeas diminuiu, o rebanho todo sofre as consequências. Essa situação deixa explícita a influência do subprograma no comportamento estrutural do número de fêmeas.

Por fim, com vistas a responder ao objetivo central desta pesquisa, que consiste em avaliar a mudança no rebanho de ovinos do Estado do Rio Grande do Sul, avaliou-se o rebanho geral, através dos dados anuais de rebanho declarado. Obteve-se então a Tabela 5 que está exposta no Anexo A. A partir da análise dos dados, foi elaborado a Figura 5.

Figura 5 - Rebanho geral de ovinos declarados no Estado do Rio Grande do Sul desde o ano de 2009 até o ano de 2016.



Fonte: Dados da pesquisa.

Acompanhando o significativo aumento no rebanho de fêmeas no Estado do Rio Grande do Sul a partir da criação do subprograma Mais Ovinos no Campo, o rebanho total de ovinos no Estado teve um intenso crescimento a partir do ano de 2011. Rebanho este que vinha em queda desde o fim de 2009. A crescente do número de ovinos começa acontecer meses após a criação do subprograma estendendo-se até o ano de 2014.

Essas informações contidas nos dados são de suma importância porque demonstram a notável mudança de comportamento do rebanho no exato intervalo de ocorrência da política, o que expõe a influência do “Mais Ovinos” na conjuntura ovina, mesmo que se considere outros fatores que venham a influenciar nos números. Mesmo que se considere questões como a sazonalidade, doenças e os ataques de predadores, a redução destes fatores em conjunto não resultariam em uma mudança de comportamento tão intensa em um período de tempo tão específico. Vale salientar também, que, como visto anteriormente no rebanho de fêmeas, houve uma queda significativa no período posterior ao término da política pública, praticamente chegando novamente aos índices do ano de 2010.

É notório que o subprograma, que funcionava como uma política de crédito, ou seja, era um instrumento de estímulo ao produtor, tanto na aquisição de novos ovinos quanto no aumento da produtividade (estimado pela elevação da demanda de animais no mercado), ocasionava bons resultados econômicos, influenciando diretamente na ovinocultura gaúcha. Quando há o corte deste crédito automaticamente há um desaquecimento no mercado (o produtor de matrizes deixa de produzi-las porque não há a demanda necessária e aquele que iria adquirir não o faz por falta de estímulo), com a diminuição da produção e dos índices outrora positivos.

Todas essas questões deixam uma incógnita acerca do fim da política de crédito. Entende-se que esses dados complementam-se e demonstram o significativo impacto do subprograma na estrutura geral de ovinos no rebanho gaúcho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ovinocultura gaúcha apresenta destaque na economia do Rio Grande do Sul. O mercado gaúcho, mesmo que pioneiro na área, sofreu com a redução do rebanho nas últimas décadas.. Além disso, o cenário que se demonstrara no ano de 2010 fora extremamente preocupante: o crescente número de abates de fêmeas dava indícios de que a queda no rebanho poderia afetar gravemente a atividade. Foi então que o Governo Gaúcho em sua função pública criou a política Mais Ovinos no Campo.

É necessário salientar o quanto é relevante a preocupação do ente público para com o setor primário, visto que, este influencia na economia como um todo e também garante ganhos sociais. Além disso, salienta-se também que, ao alocar capital público e promover políticas públicas é extremamente imprescindível que o Estado tenha a inteira responsabilidade e acompanhamento dos projetos.

O objetivo deste trabalho foi avaliar se o capital público investido no subprograma Mais Ovinos no Campo rendeu resultados favoráveis no número de ovinos do Estado do Rio Grande do Sul, bem como, mensurar o impacto da política agrícola na conjuntura ovina estadual. Entende-se que o subprograma mostrou-se como uma saída rápida e eficaz para o problema que se configurara em cenários anteriores.

Foi possível observar que no quesito relativo aos abates de matrizes, o Mais Ovinos cumpriu o seu papel, reduzindo e estabilizando consideravelmente o número de abates de fêmeas desde sua criação. Aliado a isso, tem-se o grande aumento do número de fêmeas disponíveis no rebanho gaúcho. Vale destacar também, que o rebanho gaúcho, como um todo, sofreu alterações significativas e favoráveis.

É relevante informar que no que tange o número de nascimentos não foi detectado alteração significativa que tivesse a política como causadora. Ainda, faz-se necessário enfatizar o crescente número de ovinos que servem como consumo próprio em propriedades rurais, o que pode estar aliado ao abate informal.

Considerando o fim do subprograma em dezembro de 2014, nota-se o quanto este término impactou desfavoravelmente na estrutura ovina do Estado. Houve sucessivas quedas nos números que correspondem ao rebanho geral e ao rebanho de fêmeas.

É importante que se comente acerca das limitações nos resultados da pesquisa. Não foi possível obter dados mais precisos, como por exemplo, os relatórios mensais dos números correspondentes ao rebanho geral declarado por categorias, consumo próprio e nascimentos, o que deixaria a pesquisa mais completa e permitiria uma maior investigação sobre o impacto do “Mais Ovinos”. Também seria de grande valia os relatórios particulares dos rebanhos de cada produtor que teve acesso ao crédito, para que se fizesse um estudo que atentasse para o cumprimento do aumento de 20% no rebanho de cada produtor, como consta nos requisitos da política. Infelizmente esses dados, até então, não estão disponíveis para o acesso.

Por fim, conclui-se que a Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura Gaúcha, através de seu subprograma Mais Ovinos no Campo, foi eficaz em seus objetivos e caracterizou-se por ser um investimento bem alocado de capital público, pois quando se fala em políticas públicas agrícolas, não se fala apenas em ganho para o produtor e sim para a sociedade como um todo. Então, a presente pesquisa sugere ao Governo Estadual que avalie a possibilidade de retomada da política, visto que, notoriamente há um ganho geral, econômico e social, para o setor primário como um todo.

REFERÊNCIAS

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Economia Rural: conceitos básicos e aplicações**. Chapecó: Universitária Grifos, 2000.

BARROS, Geraldo de S. C. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas** / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Vieira Filho, Zander Navarro. Brasília: Ipea, 2010.

BONAT, Débora. **Metodologia da pesquisa**. 3 ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A. , 2009.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOULART, Íris Barbosa. **Temas de psicologia e administração**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2004.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2014. **Brasil**. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/>>, acesso em 01 ago. 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A política agrária do Banco Mundial em Questão**. Estud. Av. São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 364, ago, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 37.156, de 22 de Janeiro de 1997. Cria a Câmara Setorial da Ovinocultura do Estado do Rio Grande do Sul em substituição à Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Lã e dá outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS, 22 jan. 1997.

SEAPA, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio. **Estado do Rio Grande do Sul. 2014** Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/conteudo/1033/?Mais_Ovinos_no_Campo>, acesso em 03 jul. 2014.

SEAPI, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação. Dados declarados correspondentes aos abates de matrizes, nascimentos, consumo, rebanho geral e rebanho de fêmeas. **Estado do Rio Grande do Sul. 2016** Disponível para análise através de e-mail em 14 out. 2016.

ANEXO A – TABELAS

Tabela 1 – Dados correspondentes ao abate mensal de matrizes no Estado do Rio Grande do Sul de janeiro de 2009 até outubro de 2016;

Mês	Número de abate de matrizes
2009/Jan	10.647
2009/Fev	9.399
2009/Mar	14.416
2009/Abr	14.583
2009/Mai	9.657
2009/Jun	8.586
2009/Jul	6.720
2009/Ago	5.771
2009/Set	6.983
2009/Out	10.718
2009/Nov	10.957
2009/Dez	21.417
2010/Jan	15.216
2010/Fev	16.661
2010/Mar	21.902
2010/Abr	14.076
2010/Mai	15.476
2010/Jun	9.901
2010/Jul	9.700
2010/Ago	11.119
2010/Set	10.159
2010/Out	14.367
2010/Nov	18.915
2010/Dez	25.012
2011/Jan	18.379
2011/Fev	15.868
2011/Mar	15.817
2011/Abr	12.069
2011/Mai	8.361
2011/Jun	6.535
2011/Jul	4.291
2011/Ago	5.112
2011/Set	4.877
2011/Out	5.502
2011/Nov	6.691
2011/Dez	12.041
2012/Jan	9.326
2012/Fev	8.500
2012/Mar	10.643
2012/Abr	7.316
2012/Mai	8.584
2012/Jun	5.539

2012/Jul	5.882
2012/Ago	5.809
2012/Set	4.808
2012/Out	5.912
2012/Nov	9.492
2012/Dez	10.687
2013/Jan	7.629
2013/Fev	7.609
2013/Mar	8.054
2013/Abr	7.318
2013/Mai	5.588
2013/Jun	5.738
2013/Jul	3.829
2013/Ago	4.189
2013/Set	4.515
2013/Out	6.267
2013/Nov	5.712
2013/Dez	9.725
2014/Jan	9.424
2014/Fev	9.897
2014/Mar	8.084
2014/Abr	10.301
2014/Mai	10.374
2014/Jun	6.058
2014/Jul	4.075
2014/Ago	5.689
2014/Set	6.142
2014/Out	6.480
2014/Nov	7.629
2014/Dez	15.264

Fonte: SEAPI (2016)

Tabela 2 – Dados correspondentes aos nascimentos de ovinos no Estado do Rio Grande do Sul entre 2009 e 2015.

Ano	Número de nascimentos
2009	472.739
2010	519.897
2011	833.183
2012	967.708
2013	888.749
2014	759.769
2015	580.337

Fonte: SEAPI (2016)

Tabela 3 – Dados correspondentes ao consumo próprio de ovinos no Rio Grande do Sul entre os anos de 2009 até 2015.

Ano	Consumo
2009	60.071
2010	220.575
2011	290.369
2012	260.377
2013	280.569
2014	280.960
2015	315.110

Fonte: SEAPI (2016)

Tabela 4 – Rebanho ovino de fêmeas declaradas no Estado do Rio Grande do Sul desde o ano de 2009 até o ano de 2016.

Ano	Número de fêmeas
2009	2.415.631
2010	2.532.603
2011	2.523.959
2012	2.652.115
2013	2.737.822
2014	2.850.241
2015	2.727.983
2016	2.502.227

Fonte: SEAPI (2016)

Tabela 5 – Rebanho ovino declarado no Estado do Rio Grande do Sul desde o ano de 2009 até o ano de 2016.

Ano	Número de Ovinos
2009	3.219.926
2010	3.296.930
2011	3.267.075
2012	3.464.852
2013	3.598.500
2014	3.759.561
2015	3.581.463
2016	3.263.374

Fonte: SEAPI (2016)